

## GRAMÁTICA ANALÍTICA DA LÍNGUA PORTUGUESA (PADRE MASSA)

Leonor Lopes Fávero  
Universidade de São Paulo  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Márcia A. G. Molina  
Universidade de São Paulo  
Universidade de Santo Amaro

**RESUMO:** Estudar uma gramática do passado à luz da História das Idéias Lingüísticas e da História Cultural é procurar entender nosso passado gramatical e perceber um momento histórico permeado de “agoras” (Benjamin, 1996). Nosso objetivo neste trabalho, então, é o de revisar a Gramática Analítica da Língua Portuguesa, do padre José de Noronha N. Massa, impressa em 1888, no Rio de Janeiro, pela Imprensa H. Lombaerts, avaliando como o autor traduziu os pensamentos gramaticais daquele momento em que nossos estudos passavam por importantes transformações, visto as reflexões trazidas pela gramática histórico-comparativa, inauguradas aqui por Júlio Ribeiro. Delimitamos nossas análises no âmbito das duas primeiras partes de sua obra: etimologia e sintaxe, deixando a parte material da língua para estudos futuros. O trabalho, como dissemos, insere-se na História das Idéias Lingüísticas, disciplina que traduz a idéia lingüística como todo saber construído em torno de uma língua, num dado momento, como produto quer de uma reflexão metalingüística, quer de uma atividade metalingüística não explícita (Auroux, 1989). Verificaremos também que, como religioso, Massa imprime em suas obras suas crenças e modo de ver o mundo, visto que, como ele mesmo afirma: A palavra, que é o único veículo do pensamento e a tanta gente põe em contato os homens entre si, é, sem dúvida o termômetro que regula e denuncia mesmo a sua queda e abatimento, como o seu progresso e civilização. (Massa, 1888)

**PALAVRAS-CHAVE:** Gramática Analítica da Língua Portuguesa – História das Idéias Lingüísticas – História Cultural.

**ABSTRACT:** *Studying a grammar book from the past through the perspective of the History of Linguistic Ideas and Cultural History is to seek to understand our grammatical past and to take notice of a historical moment that is permeated by “nows” (Benjamin, 1996). Our objective in this paper, therefore, is to review father José de Noronha N. Massa’s Analytical Grammar of the Portuguese Language, printed in 1888 in Rio de Janeiro by the H. Lombaerts Publishing House, and analyze how the author translated the thoughts about grammar of that time, when our studies went through significant changes due to the reflections brought by the historical-comparative grammar, inaugurated in Brazil by Júlio Ribeiro. We limit the scope of our analyses to the first two parts of his work: etymology and syntax, leaving the material part of the language for further studies. This paper, as we have claimed, is inserted in the field of the History of Linguistic Ideas, a discipline that takes linguistic ideas the knowledge about a language constructed at a given moment, as a product of metalinguistic reflection or a non-explicit metalinguistic activity (Auroux, 1989). We will also observe that Massa, a clergyman, puts forth, in his works, his beliefs and way of looking at the world, since he himself affirms: the word, which is the only vehicle of thought and is capable of putting people in contact, is undoubtedly the thermometer that regulates and reports not only its own decay and collapse but also its progress and civilization. (Massa, 1888)*

**KEYWORDS:** *Analytical Grammar of the Portuguese Language – History of Linguistic Ideas – Cultural History.*

## **Preliminares**

Nosso objetivo neste trabalho é o de revisar a Gramática Analítica da Língua Portuguesa, do José de Noronha N. Massa, impressa em 1888, no Rio de Janeiro, pela Imprensa H. Lombaerts, avaliando como o autor traduziu os pensamentos gramaticais daquele momento em que nossos estudos passavam por importantes transformações, visto as reflexões trazidas pela gramática histórico-comparativa, inauguradas aqui pelo estudioso Júlio Ribeiro.

Por uma questão de delimitação, restringiremos nossas análises no âmbito das duas primeiras partes de sua obra, que discorrem sobre a etimologia e a sintaxe, deixando a parte material da língua para trabalhos futuros.

O trabalho insere-se na História das Idéias Lingüísticas, disciplina que compreende uma idéia lingüística como todo saber construído em torno de uma língua, num dado momento, como produto quer de uma reflexão metalingüística, quer de uma atividade metalingüística não explícita (AUROUX, 1989).

A História das Idéias Lingüísticas permite:

- estudarem-se não somente as antigas gramáticas portuguesas anteriores à de Adolfo Coelho (2ª metade do século XIX), como as primeiras escritas por brasileiros (as de Moraes Silva e de Frei Caneca, por exemplo);
- analisar-se qualquer outro saber fundado na ciência lingüística (obras gramaticais surgidas a partir do compêndio de Júlio Ribeiro (1881)

Somando-se a isso, Orlandi, 2001 (p.16) informa que fazer História das Ideias:

(...) nos permite: de um lado, trabalhar com a história do pensamento sobre a linguagem no Brasil, mesmo antes da Lingüística se instalar em sua forma definida; de outro, podemos trabalhar a especificidade de um olhar interno à ciência da linguagem, tomando posição a partir de nossos compromissos, nossa posição de estudiosos especialistas em linguagem. Isto significa que não tomamos o olhar externo, o do historiador, mas falamos como especialistas de linguagem, a propósito da história do conhecimento sobre a linguagem. (...) portanto, capazes de avaliar teoricamente as diferentes filiações teóricas e suas conseqüências para a compreensão do seu próprio objeto, ou seja, a língua.

Essa disciplina contempla também, como ensinam Fávero e Molina (2006) o estudo das Instituições onde, por exemplo, no século XIX, tais saberes eram discutidos, alargados, disseminados, os veículos por onde circulavam e as polêmicas que suscitavam, pois, de acordo com Auroux (op.cit.) o historiador deve projetar os fatos num hiper-espaço que comporta essencialmente três tipos de dimensão:

- uma cronologia;
- uma geografia;
- um conjunto de temas.

É isso que faremos: nosso tema: a gramática, em relevo, a do Padre Massa, a cronologia: principalmente, o séculos XIX, a geografia: Brasil.

Contudo, como não podemos nos esquecer de Foucault para quem descreve ruma obra é falar de seu autor, começaremos falando brevemente do autor dessa gramática.

## 1. Do autor

O padre José de Noronha Nápoles Massa nasceu em 1822, em Sacramento de Itaparica, na Bahia, filho de José Pereira Rabelo e Maria Rosa Nápoles Massa. Foi ordenado em 30 de novembro de 1845 e em 1848 foi nomeado Capelão do 8º Batalha de Caçadores, exercendo seu ministério no Rio Grande do Sul, tendo sido pároco de Piratini de 1849 a 1855, permutando a paróquia com o pároco de Cruz Alta, onde ficou de 1855 a 1864. *Era sacerdote muito inteligente, latinista, notável orador, educador e escritor.*<sup>1</sup> Fundou em Cruz Alta uma escola de instrução primária e, em 1863, foi para Porto Alegre, onde lecionou em seminários. Nesta cidade fundou um colégio com internato e externato, nele atuando até seus últimos dias.

## 2. Da obra

Pedra Massa, já nas primeiras páginas de sua obra, publicada em 1888, mas escrita anos antes, na parte intitulada “Ao Leitor”, explicita o objetivo de sua gramática:

Livro destinado, para servir de arrimo à inteligência dos nossos compatriotas, contém ele teorias, que, bem meditadas, se fazem dignas de ser visadas (...)

Vai, pois, o nosso livro transitar por vossas mãos. Erguido do pó de nossa estante, onde permanecera, cerca de vinte anos, à instância de um Amigo, que se dignou de favoneá-lo, como o seu trabalho de revisor, vai hoje ser ele encaminhado até a altura de vossa apreciação.<sup>2</sup> (V)

Na seqüência, no “Bosquejo Analítico D’Esta Obra”, dentre outras informações, relaciona os autores em que se inspirara para a compor:

Coadjuvado poderosamente por Jerônimo Soares Barbosa especialmente na Sintaxe e na Prosódia, onde ele encerra tesouros inexauríveis de sua consumada maestria de filólogo, podemos talvez dizer que nestes dois Tratados avantajamos mais um passo em favor de nossa pátria (...)

---

1 História da Igreja do Rio Grande do Sul, Volume II, p.103,104

2 Atualizamos a ortografia para facilitar a leitura do texto.

Na Ortografia, ultima parte deste nosso esforçado trabalho acompanhamos quase *in limine* a teoria e método do ilustrado Sr. Coruja, por ser o ortografo, com quem mais simpatizamos (...)

Na Etimologia, é verdade, fomos um pouco mais eclético; pois adotamos ora a Jerônimo Soares, ora a Leoni, Constâncio, Monte-Verde, Pertence, Grivet, Dilermano da Silveira, Sotero dos Reis e o mesmo Sr. Coruja. (VII e VIII)

Como se pode perceber, tendo ela sido escrita antes de o modelo histórico-comparativo iluminar nossos estudos gramaticais, está, praticamente, toda calcada nas obras de orientação filosófica<sup>3</sup>. Por este motivo, alguns estudiosos, hoje, consideram-na de “segunda mão. Apesar disso, poderemos notar que o estudioso fornece-nos importantes contribuições, em especial, na discussão dos *verbos*, como ele mesmo afirma no *Bosquejo*:

Precisamos justificar-nos do alvitre, que tomamos, substituindo as antigas denominações dos tempos dos verbos outras, como se verá na parte, em que d’este tratamos.

A pouca precisão, com que pareceu-nos sempre ser tais tempos designados pela velha nomenclatura, que nem todos exprime fielmente as suas respectivas inflexões, lembrou-nos a adoção de outras denominações, que mais precisamente acompanham as diversas modificações que os verbos n’eles sofrem.

Salvaguardando-se de possíveis críticas advindas em virtude dessa “ousadia”, continua:

Censure-nos embora quem quiser por este alvitre, que tomamos, temos, sem dúvida mais razão em assim haveremos procedido, do que podem tê-la em considerar-nos por isso os que estranharem esta nossa justa e razoável inovação<sup>4</sup>.(ibid)

Como usuais as críticas, tecidas ou por estudiosos pares, ou por leitores atentos, o autor, previne:

---

3 A obra de Grivet, como já apontamos em trabalhos anteriores, finalizada em 1874 e publicada postumamente em 1881 representa uma transição.

4 Essas serão discutidas quando estudarmos essa classe gramatical.

Se não atingimos a um grão de perfeição, como a língua podia exigir de quem dela com empenho tratasse, é certo que o leitor ilustrado e justiceiro reconhecerá que é sempre esta a sorte das coisas humanas. (X)

E encerra esse *Bosquejo*, declarando:

Folgaremos, pois, se o nosso livro tiver a sorte de percorrer sem entraves esse espaço preenchido pelos homens amantes das letras pátrias; por cujas mãos ele houver de transitar.(ibid)

Chama-nos especial atenção o fato de utilizar várias vezes expressões que nos remetem à questão da *pátria*, da *nacionalidade*.... Lembremo-nos de que o Brasil tornara-se independente em 1822 e, na década de oitenta dos XIX, já estavam ocorrendo movimentos em prol de nossa República, portanto imprimir na obra caráter de nacionalidade era dar-lhe, com certeza, bastante credibilidade.

### 3. Do conceito de gramática e das partes da obra

O autor define gramática como a *arte que nos ensina as regras adaptadas à perfeição da dicção de qualquer língua, quer escrita, quer falada*. (p.5). Importante destacar que, já naquela época, considera a língua falada. Na sequência, informa que a gramática é bipartida em geral e particular, seguindo os passos da Gramática de Port-Royal. E, novamente, apoiado na gramática greco-latina, divide-a em quatro partes: etimologia, sintaxe, prosódia e ortografia<sup>5</sup>. Na primeira, considera dez classes gramaticais: artigo, nome substantivo, nome adjetivo, pronome, verbo, participio, advérbio, preposição, conjunção e interjeição.

#### 3.1 Etimologia

Nesta parte, chama-nos a atenção o fato de, embora calcado nas gramáticas de inspiração filosófica, já considera o artigo e, em alguns exemplos, aponta-o como um elemento dêitico: “O artigo *o* em todos esses [exemplos] representa invariavelmente o designativo – isto -, referente sempre a ações dos verbos anteriores.(p.13)”

---

5 Como já nos referimos anteriormente, neste trabalho, por uma questão de delimitação, abordaremos somente as duas primeiras.

Os exemplos a que se refere o autor são similares ao a seguir transcrito: “O autor desta gramática vai descansar e o faz , porque está fatigado....(p.12)”

Destacamos que a tendência gramatical hodierna não é mais considerar este *o* artigo, mas demonstrativo, acompanhando o verbo vicário *fazer*. Relevante destacar que Constâncio (1855, p.19 e 20) , citado pelo autor, em relação a essa classe, já afirmava:

(...)o artigo o,a,os, as personalizam o nome individual. Por isso os artigos pertencem aos chamados pronomes, e não aos adjetivos. O adjetivo particulariza, o pronome personaliza o nome substantivo comum e, às vezes, até o próprio, que de ordinário não carece de artigo.

Massa insere na classificação dos substantivos o que hoje relacionamos em graus: o *augmentativo* e o *diminutivo*. Em relação aos demais graus, considera-os derivações.

Bastante relevante também é o fato de referir-se ao pronome como elemento coesivo: “Pronome é a palavra que na oração substitui ao nome de pessoa ou coisa para evitar que qualquer desses seja repetido. (p.42).”

Nesse sentido, comunga com Constâncio (*opus cit.*), que afirma: “Esse emprego do artigo definitivo em um sentido pronominal, ou ele precede os verbos ou se lhes posponha, fez-se por efeito de supressão de palavra subentendida, ou elipse. Quando digo: levantei a lebre e matei-a; aviste o porto e demandei-o; vi o perigo e não o quis evitar, etc. o artigo subentende lebre, porto, perigo, e é só usado para evitar a repetição do nome que designa (...)” (p.51)

Tratando do pronome *se*, tão discutido à época, Massa ancora-se totalmente no modelo das gramáticas francesas. Em exemplos como: Vive-se bem, quando não se tem grandes aspirações, ou Dorme-se tranqüilo, quando se dorme o sono da morte (etc), afirma: “O pronome - se em tais casos apresenta a propriedade de sujeito dos verbos , a que se acha ligado, equivalente ao pronome alguém – ou aos substantivos homem ou gente”. (grifos nossos - p.48)

Ainda esclarece: “Tais modos de falar parecem não ser de bom cunho para a língua portuguesa, por serem mais acomodados ao gênio da língua francesa (ibid)”

No que tange ao verbo, apresenta um verdadeiro tratado, com mais de cem páginas, reforçando importância dada a essa classe de palavra pela gramática tradicional. Assim, lembremo-nos de que, para os latinos, o verbo é a palavra, enquanto não for ele pronunciado, nada terá sido dito. Recordemo-nos também de que aviltara no Bosquejo que trouxera inovações na classificação dos

tempos verbais e, assim, para que possamos avaliar se de fato essas ocorreram, procederemos a uma comparação entre sua proposta de classificação temporal e a de Soares Barbosa.

Massa define, também ancorado na tradição, verbo como “a palavra por excelência e completa por ser ele o motor da expressão do pensamento” (p.55).

Soares Barbosa (1875, p 132) afirma:

Verbo é uma parte conjuntiva do discurso, a qual serve para atar o atributo da proposição como o seu sujeito debaixo de todas suas relações pessoais e numerais, enunciando por diferentes modos a coexistência e identidade de um com o outro, por ordem aos diferentes tempos e maneiras de existir.

Para Soares Barbosa, são três os tempos verbais: presente, pretérito e futuro, subdividindo-os em “imperfeitos ou periódicos ou perfeitos ou momentâneos” (p.141) Considera três os modos:: o *infinito*, o *indicativo*, incluindo nesse o *imperativo* e o *supositivo* ou *condicional*, e o *subjuntivo*. Continuando, assevera que o infinito tem *linguagens* e não tempos, visto que seu caráter é enunciar “pura e simplesmente” (p.143) e são quatro essas linguagens: *infinito impessoal*, *pessoal* e dois participios: *um imperfeito* e *outro perfeito*.

### **Modo infinito**

Infinito impessoal

Infinito pessoal

Particípio Imperfeito

Particípio Perfeito

Quanto ao modo indicativo, diz serem dez os tempos: três presentes, cinco pretéritos e dois futuros:

### **Modo indicativo**

Presente Imperativo Absoluto

Presente Imperfeito Imperativo

Presente Perfeito

Pretérito Imperfeito Absoluto

Pretérito Imperfeito Condicional

Pretérito Perfeito Absoluto

Pretérito Perfeito Relativo  
Pretérito Perfeito Condicional

Futuro Imperfeito  
Futuro Perfeito

Em relação ao modo subjuntivo, considera seis tempos:

**Modo subjuntivo**

Presente Imperfeito  
Presente Perfeito  
Pretérito Imperfeito  
Pretérito Perfeito  
Futuro Imperfeito  
Futuro Perfeito

Massa, por sua vez, elenca cinco modos: Indicativo, Condicional, Imperativo, Subjuntivo e Infinito.

No primeiro, relaciona os seguintes nove tempos:

**Modo Indicativo**

Presente  
Pretérito Indefinido  
Pretérito Definido  
Pretérito definido continuado  
Pretérito Casual  
Pretérito casual continuado  
Futuro absoluto  
Futuro Absoluto continuado  
Futuro indeterminado

No modo Condicional, dois:

Futuro Casual  
Futuro Casual Condicionado

No modo Imperativo, apenas um:

Futuro

No modo Subjuntivo, elenca sete tempos:

Presente

Pretérito Indefinido

Pretérito Definido continuado

Pretérito Casual

Pretérito Casual continuado

Futuro Subordinado

Futuro Subordinado continuado

Finalmente, no Infinito, informa que temos os tempos impessoais e pessoais presentes, pretéritos e futuros, o particípio do presente, o supino, particípio do pretérito e circunlóquios.

Em relação a esse modo, em *nota*, informa que o Supino dos verbos:

Não é senão um particípio deles com a propriedade de ser sempre invariável: e é com essa invariabilidade que ele auxilia aos verbos, que os gramáticos chamam de adjetivos, como até aos mesmos verbos auxiliares, quando são puramente elementares (...) (p.100)

Previendo considerações negativas por não elencar o *gerúndio*, também em *nota*, informa:

Quem ler-nos e tiver conhecimento suficiente da língua latina não pode deixar de anuir às considerações que fazemos a despeito da adoção do *Gerúndio* na língua portuguesa, pois que quando o queira fazer valer na versão das terminações citadas, equivalentes todas às inflexões do Particípio do presente, pelas razões que hemos expendido, fica sabendo que não tem toda razão para assim opinar. (p.101)

Infelizmente, não podemos voltar ao tempo e nos sentar em bancos escolares e infelizmente, também, não tivemos como mestres Massa ou Soares Barbosa, contudo, o que percebemos de fato na proposta dos estudos verbais de ambos é que, se um “simplifica” os modos, o outro propõe nomenclaturas mais precisas, mas (pecando com o olhar atual), com ambos muito calcados na gramática latina, essa classe foi minuciosamente estudada por eles.

O que não podemos deixar de notar é que Massa, de fato, inova, ao ancorar-se já na nomenclatura da gramática inglesa, ao propor os tempos *continuados*....

Constâncio (*opus cit* p. 69), contudo, é quem, de fato, traz definição “inovadora” para essa classe gramatical:

Verbo é o termo com que exprimimos ação, ato ou estado, relativamente a pessoa ou pessoas, ou a coisas personalizadas, e ao tempo, ao modo O ato ou estado pode ser absoluto, dependente, determinado ou indeterminado, definitivo ou indefinito.

Criticando, inclusive, aqueles que se inspiraram nas definições da gramática clássica, asseverando: “Destá definição se deduz claramente o erro em que tem caído quase todos os gramáticos na idéia que dão dos verbos, e nas classificações arbitrárias que fazem deles.”

Voltando ao Padre Massa, quando trata do verbo *ser*, retorna à tradição:

O verbo - *SER* não tem, como querem alguns gramáticos, a propriedade única de significar *afirmação*: não: ele é o verbo por excelência, chamado substantivo, porque abrange em a sua natureza, como na significação , que exprime, a propriedade de denunciar a existência do sujeito, a de seus atributos (...) e até a ação abreviada dos verbos, que sintetiza e implicitamente os contém na sua expressão (...)

Assim, por exemplo, os verbos: *crer-ouvir-viver e amar* não são mais do que abreviaturas das composições – *ser crente, ser ouvinte, ser vivente, ser amante*. (p.79)

- navegando nas mesmas águas das gramáticas de inspiração filosófica, como a de Soares Barbosa (*opus cit* p.133):

(...) o nosso verbo substantivo *ser*; assim chamado, porque ele só é que exprime a existência de uma qualidade ou atributo no sujeito da proposição. Ele, propriamente falando, é o único verbo, e o que de uma necessidade indispensável na oração. Como ele só pode formar todas as sortes de orações, e todas que se fazem por outros verbos se resolvem por este em última análise.

Na sequência, revisita o particípio, explicando: “é uma modificação do verbo, expressa por modo de nome adjetivo, que daquele assume a significação e deste a propriedade de qualificar o substantivo, que se lhe adapta (p.176) “

Depois, vem o advérbio, um estudo minucioso das preposições, relevando sua classificação, contrações , relações e designações de acordo com as noções expressas.

Continua seu estudo com as conjunções, destacando sua função coesiva:

Como a conjunção é um dos elementos poderosos da língua portuguesa, para relacionar os membros do período, atraindo para isso o sentido da oração anterior, **cujo fio prende e continua (...)** (grifos nossos)

Assim, pois, segundo diversos modos, pelos quais a conjunção exerce o seu *liame* no discurso, sobressai-se neste a significação do estado, que ela exprime, dando ao pensamento o seu devido acento. (p.224 e 225).

Finaliza essa primeira parte de sua gramática com a interjeição: “é uma voz ou palavra invariável que, quer só, quer ligada a outra palavra, exprime as diferentes afecções ou sentimentos de nossa alma. (p.237).”

### 3.2 *Sintaxe*

O autor inicia essa parte com um *Preâmbulo* no qual verbaliza que o caminho a trilhar nesse capítulo é o *espinhoso e árduo*, afirmando que, de todas as partes de seu trabalho, essa que regula a *combinação* talvez seja a que mais se dedicara, visto o “soberbo mistério do pensamento” (p.241).

Depois disso, em *Noções Introdutórias*, define o termo:

Sintaxe, de que ora os ocupamos, é a parte da Gramática, em que temos por fim coordenar os elementos das ideias, pois, reunindo-os dentro de um círculo refletido e combinado destas, tende a efetuar o nexos do pensamento, que um juízo se encarrega de emitir. (p.243).

Prosseguindo, exterioriza a importância que imprime à sintaxe:

Do que temos dito, se evidencia que a *construção* é o elemento condutor, organizador e cardinal da frase, em que o pensamento se reproduz; e que é ela quem, por virtude do critério, que lhe é próprio, inspira à Sintaxe as regras, dentro das quais esta deve conter as palavras, de que o pensamento faz uso. (p.244).

calcado em Soares Barbosa, que ensina:

Sintaxe quer dizer coordenação; e chama-se assim esta parte da gramática, que das palavras separadas ensina a formar e compor uma oração, ordenando-as segundo as relações ou de conveniência ou de determinação em que suas ideias estão umas para as outras.

Os gramáticos, traduzindo com mais liberdade a palavra grega *syntaxis*, lhe dão o nome de *construção* (p.254).

Massa divide a sintaxe em *natural e figurada*, estudando os elementos que a constituem. Assim, começa pelos *elementos da oração* que, para ele são três:

O primeiro é o que inicia a expressão motora do pensamento (...) O segundo é o que, revertendo sobre este motor, o atrai, para fazer com ele uma junção (...) O terceiro, finalmente, é o que, como vítima de ambos, ou deles recebe a ação que proveio de sua combinação (...)

O primeiro elemento tem o nome de *Sujeito ou Agente*; o segundo o de *verbo* ou *cópula*, o terceiro o de *paciente ou complemento objetivo*, como o de *predicado* ou *atributo* (p.246 – 7)

Também apoiado em Soares Barbosa (p.255) (e na grande maioria dos demais gramáticos de orientação filosófica): “Toda a oração tem necessariamente três termos: um que exprime a pessoa ou coisa (...) outro que exprime a coisa que se enuncia (...), e o terceiro que exprime a identidade e coexistência de uma coisa com outra “

Contudo, para Constâncio (p.161, 162) há dois tipos de proposições:

(...) na primeira um agente ou nominativo é ligado com o seu atributo pelos verbos de existência ou situação *ser* ou *estar*; a segunda, um agente ou nominativo, expresso ou subentendido, com ou sem atributo (simples ou completo), é ligado por um verbo ao seu regime direto ou indireto, que forma o complemento do sentido da oração.

Continuando com Massa, discorre esse autor sobre os elementos da oração, momento em que, primeiramente, destacamos os exemplos apontados pelo autor:

A moralidade é o justo e o lícito postos em ação. (p.258)

O Imperador do Brasil deu o seu *Praz-me* às bulas do bispo de Roma (p.259)

Nesse sentido, podemos nos lembrar de Benjamin (1996, p. 231) quando diz que um materialista histórico só se aproxima de um objeto histórico, quando o confronta. Diz ele que percebe nesse confronto uma *oportunidade de se lutar por um passado oprimido*, em que aproveitamos para....

.... extrair de uma época uma vida determinada do curso homogêneo da história; (...) Seu método resulta em que na obra, o conjunto da obra, no conjunto da obra, a época e, na época, a totalidade do processo histórico são preservados e transcendidos.

Outro capítulo que devemos destacar da obra é o intitulado “Da harmonia com que se unem os elementos da oração” (p.261), em que alude:

Que o homem é com efeito o maior hino levantado à Divindade, dissera-o com bem razão um gênio consciencioso do segundo século do Cristianismo [em nota esclarece tratar-se de Galeno, ao admirar a estrutura do corpo humano]. O bem regulado do seu sistema fisiológico, o maravilhoso de sua construção, o surpreendente de seu aspecto, o esbelto de sua presença, o talhe esmerado de sua fisionomia seriam bastantes para revelar a sublimidade de um mistério, cujo é só o homem o mais saliente e vivo testemunho, Não precisaríamos ouvi-lo no uso da palavra, para enchermo-nos de um justo arroubo pelo esmero de sua feitura (...)

A mudez nele era sem dúvida senão uma imperfeição, ao menos uma prova de desperdício ou do inútil desses dotes infiltrados em todas as medulas de seu sistema orgânico. O homem devia, pois, gozar do uso da palavra, como quem com ela remontando-se acima do estreito círculo das regiões da matéria, faria com ela realçar a dotação de tantos outros privilégios, que a deviam servir.(p.261-2)

Como podemos perceber, a religiosidade do estudioso suplanta a ciência tão em voga na ocasião. E, embora citada aqui, encontra-se submissa aos desígnios divinos.....

Continuando a tratar a sintaxe, discorre depois sobre as orações subordinadas, esclarecendo: “Chamamos orações subordinadas aquelas, cujos verbos, achando-se no Indicativo ou Subjuntivo ou no Infinito, regidos das preposições: a, para, por, sem sob, sobre, estão em dependência das orações anteriores (...)” (p. 279), ensinando cada um desses casos, particularmente.

Detém-se, depois, ao capítulo de Sintaxe de Concordância, citando Soares Barbosa:

A concordância aplicada à Sintaxe, diz Jerônimo Soares, é a conformidade dos sinais, que o uso instituiu, para indicar as correlações das idéias com estas mesmas correlações; e, por isso, continua ainda este douto Gramático, ‘para haver conformidade é preciso que haja umas partes, que se conformem, e outras, a que as mesmas se conformem’. (p.301).

revelando que, neste ponto, estivera totalmente calcado neste estudioso: Jerônimo Soares forneceu-nos aqui com quase todo o pensamento, de que nesta parte precisávamos para tratar deste ponto (p. 303) e, de fato o que apresenta é, quase, o trasladado da obra daquele autor.

Recordemo-nos de que para vários estudiosos de ontem e ainda de hoje, para a Língua, o uso é soberano.

Continuando, num subcapítulo, trata da *sintaxe de concordância irregular ou figurada*, esclarecendo:

Tratemos agora dos elementos que, entrando no discurso, não têm aí a mesma naturalidade, que tem os de que falamos, pela razão de se efetuarem aí com eles exceções, como as que provêm de um uso irregular da língua, sem que este influa todavia contra a sua índole, beleza e harmonia (p. 317)

Soares Barbosa (*opus cit*), também confere ao *uso* a existência desse tipo de concordância:

Procede isto de que a concordância não se faz então de palavra com palavra, mas de palavra com uma ideia. O entendimento obrigado da necessidade e autorizado pelo uso, sem se ligar à terminação da palavra (...) (p.265)

Constâncio (*opus cit*, p. 159, embora não atribua ao *uso* a existência desse tipo de concordância, tem posição bastante atual. Ouçamo-lo: “As irregularidades da concordância são aparentes e não reais, por quanto, como já disse, resultam da omissão de termos que se subentendem”. Lembremo-nos de que muitos estudiosos da lingüística textual hoje chamam esses casos de *anáfora sem antecedente*.

Massa passa então a discorrer sobre inúmeras figuras, como: elipse, hipérbato, pleonasma. Ao tratar do hipérbato, subdivide-o em anástrofe, tmese, sínquese, e parênteses. À elipse dedica um subcapítulo inteiro, subdividindo-a em zeugma, enalage, silepse e síntese.

Quando discute a não concordância do verbo com o sujeito em casos como: “Eu é que comprei – Tu é que fizeste – Eles é que são a causa - Nós é que somos culpados – Vós é que mandastes” (p. 335) , além de, mais uma vez, conferir ao uso sua existência, em uma nota na página 335, assim se posiciona: “Não concordamos com o Sr. Adrian Grivet (...) em sua Gramática Analítica da Língua Portuguesa em excluir tais modos de falar do número dos nossos idiotismos” (p. 335).

Depois da concordância, o estudioso passa a analisar os *complementos em geral*, quando compara a Língua Portuguesa à Latina:

O nome de complemento em gramática é, sem dúvida, uma substituição feita aos nomes – *casos* - de que a língua latina faz uso, e que significam *queda*:

porque os nomes nesta língua sofrem em si mesmos uma alteração, que eles manifestam em sua desinência, quando de um passam para outro caso, o que não acontece na língua portuguesa, onde os nomes, que correspondem aos casos latinos, são representados pela precedência dos artigos, seus designativos de gênero e número, ou das preposições com eles combinadas.

Assim, pois, a palavra – *complemento* – oriunda do verbo latino *complere* (completar ou preencher) tem na língua portuguesa uma aplicação consentânea com a natureza do nome, de que em português precisamos, para formar o fenômeno *gramatical* e logicamente combinado na frase. (p. 337).

E sempre apoiado na língua latina, continua:

E é por isso que o que naquela língua chamamos *Nominativo*, chamamos (...) *Complemento subjetivo* (...), o que em latim chamamos *Genitivo*, chamamos em português *Complemento restritivo* (...), o que ali chamamos *Dativo*, chamamos aqui *Complemento terminativo* (...) o que ali chamamos *Acusativo*, chamamos aqui *Complemento objetivo* (...) o que ali chamamos *Vocativo*, chamamos aqui *Complemento vocativo*(...) o que ali, finalmente, chamamos *Ablativo*, chamamos aqui *Complemento circunstancial*. (p.337).

Concluindo que, como há na língua latina seis casos, há seis complementos na língua portuguesa, passando a discorrer sobre cada um deles minuciosamente.

Continua o capítulo de sintaxe com *Regência*, tratando também da regular e da figurada. Começa definindo o termo:

Chamamos Sintaxe de *Regência* o uso ou emprego que fazemos dos elementos da língua, acomodando-os à precisão do pensamento de tal modo que na oração, em que os empregamos, apareçam as *partes regentes* e as *partes regidas*. (p.366)

Muito, digamos, *política* a justificativa da existência da regência figurada: “Chama-se Sintaxe de Regência irregular ou figurada a omissão dos complementos acidentais, que se presume seriam expressadas no discurso, se não fosse da intenção do que fala ocultá-los, para que sejam subentendidos.” (p. 369).

Sabemos que, como religioso, atendia a todas as classes sociais e, talvez, para não “melindrar” os que não detinham o saber, agia de forma tão política...

Retoma, depois, a elipse e reserva um subcapítulo para os *barbarismos e solecismos*, e, novamente, de forma bastante “audaciosa” para a época, assevera: “A palavra, que é o único veículo do pensamento e a tangente que põe em

contato os homens entre si, é, sem dúvida o termômetro que regula e denuncia mesmo a sua queda e abatimento, como o seu progresso e civilização.” (p. 382)

Posições similares seriam defendidas muitos anos depois por vários estudiosos do século XX.<sup>6</sup>

Continua com a *ordem das palavras na oração*, em que discorre sobre a passagem da voz passiva para ativa e as circunstâncias da oração, definindo-a: “Chamamos circunstâncias da oração os diversos modos de ser expressado um pensamento qualquer, quando a ele se agrega para isso um acessório, que nada influe na sua essência, mas sim na sua mais precisa determinação. (p. 389)”. Essas circunstâncias, vale informar, assemelham-se ao que, a nossa NGB (Nomenclatura Gramatical Brasileira) determinou chamar de *Palavras Denotativas*.

O último item gramatical estudado por Massa foram, mais uma vez, *Os Idiotismos da Língua Portuguesa* ..... e encerra o capítulo com *Análises*, apresentando o que se chamava de *Análise lexicográfica ou gramatical e Análise sintática*, informando:

Cumpre-nos observar que do Sr. Cirilo Dilermando da Silveira extraímos esta divisão de análise da língua com a qual concordando nós perfeitamente, fazemos a presente teoria, em que supomos achar-nos-á razão o leitor.(p.403)

## Considerações finais

Como vimos, a obra do Padre Massa, embora publicada em 1888, foi escrita vinte anos antes, portanto em 1868, quando nem se cogitava aqui no Brasil, no âmbito político, no movimento republicano, e no gramatical, nas gramáticas histórico-comparativas. Assim, sua obra, comungando com as ideias da época, é totalmente de inspiração filosófica, tanto pela partição, quanto pelo apego à tradição greco-latina.

Além disso, como religioso, muitas vezes, nos exemplos de sua autoria, ou nas discussões da teoria, expressa sua religiosidade e apego à pátria, naquela instância de valorização do que era nacional. Valores morais também foram divulgados aos discípulos por meio de exemplos e sua teoria gramatical, apoiada de fato nos estudiosos que constituíam o imaginário coletivo da época: Grivet, Soares Barbosa e Constâncio, principalmente. Julgamos importante salientar

---

<sup>6</sup> Veja-se, por exemplo, a epígrafe da obra *Estrutura da Língua Portuguesa* de Mattoso Câmara Jr.

que, no final da parte de Sintaxe, Massa cita Dilermando da Silveira, professor do Colégio Pedro II, cujos ensinamentos eram divulgados pelo Brasil todo, possivelmente, para imprimir notoriedade à sua gramática.

Ousamos agora discordar daqueles que julgam a obra *menor* e “de segunda mão”, como já dissemos. Apesar de inspirado em muitos autores, o religioso tem opinião própria, apropria-se ou não de estudiosos com os quais bem aprendeu os meandros da língua portuguesa e inova, com uma sensibilidade para os fatos lingüísticos raramente encontrada na época.

Podemos perceber já na obra do estudioso as inquietações que atordoavam os gramáticos na ocasião, lembrando-nos, que:

O grupo se fecha no contexto que construiu. A imagem do meio exterior e das relações estáveis que mantém com este passa ao primeiro plano da ideia que tem de si mesmo. Essa imagem penetra em todos os elementos de sua consciência, deixa mais lenta e regula sua evolução. Não é o indivíduo isolado, é o indivíduo enquanto grupo, é o grupo em si que, dessa maneira permanece sujeito à influência da natureza material e participa de seu equilíbrio (HALBWACHS, 2006, p. 159).

Introduzir o Padre Massa em nossos estudos gramaticais é, portanto, o melhor para entender aquela época, preenchendo uma importante lacuna. Comungamos com Benjamin quando nos diz que “A história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de ‘agoras’.” (*opus cit*, p.229).

## Referências

### Fonte primária

MASSA, José de Noronha Nápoles. *Grammatica Analytica da língua portugueza*. Rio de Janeiro: Imprensa H. Lombaerts, 1888.

### Fontes secundárias

AUROUX, Sylvain.. *Histoire des idées linguistiques*. Paris: Pierre Mardaga,, Tomo I, 1989

BARBOSA, Jerônimo Soares. *Grammatica philosophica da língua portugueza*. Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências, 6ª. ed. 1875 [1822].

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1996

- CONSTÂNCIO, Francisco Solano. *Grammatica analytica da língua portugueza*. Paris: Officina Tipographica de Alph. Lemale, 1855
- FÁVERO, Leonor Lopes & MOLINA, Márcia Antônia Guedes. *As concepções lingüísticas no século XIX – a gramática no Brasil*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006
- HALBWACHS, Maurice. *Memória Coletiva*. Rio de Janeiro: Centauro, 2006.
- ORLANDI, Eni Pucinelli. “Formação de um espaço de produção lingüística: a gramática no Brasil” *História das idéias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Mato Grosso: Unemat, 2001
- RUBERT, Arlindo . *História da igreja no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Edipucrs, vol.II, 1822-1889 - Época imperial, 1998.